



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

25/01/2018 ATÉ 25/01/2018

ÍNDICE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG DO CAIO HOSTÍLIO.....	1
	1.2 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	2
	1.3 BLOG LUÍS CARDOSO.....	3
	1.4 BLOG MARCELO VIEIRA.....	4
	1.5 BLOG RICARDO SANTOS.....	5
	1.6 INTERNET - OUTROS.....	6
	1.7 SITE JUSBRASIL.....	7
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG SÉRGIO MATIAS.....	8
3	ORÇAMENTO	
	3.1 BLOG DO HERALDO MOREIRA.....	9
4	POSSE	
	4.1 BLOG AQUILES EMIR.....	10
	4.2 BLOG DO MINARD.....	11
5	PRESIDÊNCIA	
	5.1 BLOG GENIVALDO ABREU.....	12
	5.2 BLOG JORGE VIEIRA.....	13
	5.3 BLOG LUÍS CARDOSO.....	14
	5.4 BLOG PAULO ROBERTO.....	15
	5.5 BLOG SILVIA TEREZA.....	16
	5.6 SITE MARANHÃO HOJE.....	17
6	SERVIDOR PÚBLICO	
	6.1 SITE SINDJUS.....	18
7	SINDJUS	
	7.1 BLOG LUÍS PABLO.....	19

Três novos desembargadores vão tomar posse nesta sexta-feira em sessão solene no Tribunal de Justiça

Os três novos desembargadores - José Jorge Figueiredo dos Anjos, Josemar Lopes dos Santos e Luiz Gonzaga Almeida Filho - tomam posse nesta sexta-feira (26), às 10h, no Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão solene a ser realizada na sala das reuniões plenárias.

Os magistrados foram eleitos em sessão administrativa, no dia 13 de dezembro, elevando para 30 o número de membros da Corte.

As três vagas foram criadas por meio da Lei Complementar nº 199/2017, publicada no dia 8 de novembro de 2017. Duas das três vagas foram preenchidas pelo critério de antiguidade; a outra, por merecimento.

Presidente da Assembleia participa da cerimônia de abertura dos trabalhos do TJMA

24/01/2018 22:00:53

O presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto (PC do B), participou, na manhã desta quarta-feira (24), no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), da solenidade de abertura do Ano Judiciário de 2018. A sessão especial foi conduzida pelo seu presidente, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

"Nosso desejo é que, em 2018, seja como nos anos anteriores. Que mantenhamos essa relação próxima e saudável. Cada um respeitando as prerrogativas dos outros poderes", disse o deputado Othelino.

JUDICIÁRIO MAIS PRÓXIMO DO CIDADÃO

Em seu pronunciamento, o desembargador José Joaquim Figueiredo disse que quer uma Justiça mais próxima do cidadão, que se trabalhe no sentido de diminuir a judicialização e que se amplie, mais ainda, o instrumento da conciliação. "O poder Judiciário evoluiu em todos os sentidos, mas ainda precisa julgar, de forma mais célere, e, efetivamente, ser mais transparente em seus atos", ressaltou.

"Renovamos a confiança de que, em 2018, os serviços prestados aos cidadãos se viabilizem de forma satisfatória. A tarefa é árdua e desafiadora, mas a depender da nossa vontade e compromisso, teremos um Ano Judiciário produtivo e de grande crescimento para a Justiça Maranhense. Para isso, é claro, todas as instituições e órgãos do Sistema de Justiça terão que caminhar juntos, enfrentando os temas sociais a merecerem especial atenção, interagindo com metas e projetos, certos da essencialidade que nos marca em relação à função jurisdicional", afirmou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Compuseram também a mesa de abertura da cerimônia, o Procurador Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; o Defensor Público Geral do Estado do Maranhão, Werther de Moares Lima Júnior; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Angelo Santos e o Procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha.

Presidente da Assembleia participa da cerimônia de abertura dos trabalhos do TJMA

25/01/2018 09:58:37

O presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto (PC do B), participou, na manhã de ontem, quarta-feira (24), no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), da solenidade de abertura do Ano Judiciário de 2018. A sessão especial foi conduzida pelo seu presidente, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

"Nosso desejo é que, em 2018, seja como nos anos anteriores. Que mantenhamos essa relação próxima e saudável. Cada um respeitando as prerrogativas dos outros poderes", disse o deputado Othelino.

JUDICIÁRIO MAIS PRÓXIMO DO CIDADÃO

Em seu pronunciamento, o desembargador José Joaquim Figueiredo disse que quer uma Justiça mais próxima do cidadão, que se trabalhe no sentido de diminuir a judicialização e que se amplie, mais ainda, o instrumento da conciliação. "O poder Judiciário evoluiu em todos os sentidos, mas ainda precisa julgar, de forma mais célere, e, efetivamente, ser mais transparente em seus atos", ressaltou.

"Renovamos a confiança de que, em 2018, os serviços prestados aos cidadãos se viabilizem de forma satisfatória. A tarefa é árdua e desafiadora, mas a depender da nossa vontade e compromisso, teremos um Ano Judiciário produtivo e de grande crescimento para a Justiça Maranhense. Para isso, é claro, todas as instituições e órgãos do Sistema de Justiça terão que caminhar juntos, enfrentando os temas sociais a merecerem especial atenção, interagindo com metas e projetos, certos da essencialidade que nos marca em relação à função jurisdicional", afirmou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Compuseram também a mesa de abertura da cerimônia, o Procurador Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; o Defensor Público Geral do Estado do Maranhão, Werther de Moares Lima Júnior; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Angelo Santos e o Procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha.

As tabelas sofreram atualização monetária de R\$ 1,944% (INPC), conforme Resolução 85/2017.

Já estão em vigor os novos valores referentes a custas e emolumentos para o ano de 2018. A atualização monetária das tabelas foi determinada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) na Resolução nº 85/2017. O documento atualiza em 1,944% os valores previstos nas tabelas anexas à Lei Estadual nº 9.109/ 2009. O limite geral máximo das custas e emolumentos, previsto no artigo 37, da Lei Estadual nº 9.109/2009 fica estabelecido em R\$ 10.441,20.

Fica ainda acrescido, aos emolumentos, o percentual de 3%, previsto na Lei Complementar Estadual nº 130/2009, inclusive sobre o limite geral, previsto no artigo 2º da Resolução nº 77/2016.

Custas representam a soma das despesas que resultam da tramitação de um processo. São taxas devidas pela prestação do serviço público de julgamento de uma ação ou recurso. Emolumentos são taxas remuneratórias de serviços públicos, em cartórios de notas e de registro.

A atualização monetária de custas e emolumentos deve ser realizada até o limite da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A variação - no período de dezembro/2015 a novembro/2016 - foi de 1,944%. Esta atualização não constitui majoração de tributo, havendo a possibilidade de o reajuste ser realizado por meio de ato administrativo.

Fonte: <http://www.tjma.jus.br/tj/visualiza/sessao/19/publicacao/419907>

Novos desembargadores do TJMA tomam posse nesta sexta-feira (26)

Os três novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) - José Jorge Figueiredo dos Anjos, Josemar Lopes dos Santos e Luiz Gonzaga Almeida Filho - tomarão posse nesta sexta-feira (26), às 10h, durante sessão solene a ser realizada na Sala das Sessões Plenárias, no Tribunal de Justiça do Maranhão.

Autoridades, chefes de Poderes, profissionais das diversas carreiras jurídicas (advogados, membros do Ministério Público, procuradores, defensores públicos), servidores e familiares dos empossados - participarão da solenidade.

Os magistrados foram eleitos em sessão administrativa, no dia 13 de dezembro, elevando para 30 o número de membros da Corte. As três vagas foram criadas por meio da Lei Complementar nº 199/2017, publicada no dia 8 de novembro de 2017.

De acordo com o presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, a medida vem contribuir para a redução do volume de processos na Justiça de Segundo Grau, agilizando e otimizando a prestação jurisdicional.

"Quem ganha com isso é a sociedade. A criação de três novos cargos de desembargador se justifica pelo aumento acentuado das demandas processuais, nos últimos anos, no âmbito da Justiça estadual", pontuou o desembargador José Joaquim.

José Jorge Figueiredo dos Anjos foi eleito pelo critério de merecimento; Josemar Lopes dos Santos e Luiz Gonzaga Almeida Filho foram pelo critério de antiguidade.

DADOS - Dados levantados pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) mostram que a demanda processual entre os anos de 2011 e 2016 mais que triplicou, registrando um aumento exponencial de trabalho, em relação a outros tribunais de médio porte, conforme classificação do CNJ que, através da pesquisa "Justiça em Números 2017", reconheceu que o Maranhão fica muito abaixo da média em relação ao número de desembargadores.

O post [Novos desembargadores do TJMA tomam posse nesta sexta-feira \(26\)](#) apareceu primeiro em [Blog do Minard](#).

Othelino Neto prestigia entrega da Medalha Celso Magalhães ao governador Flávio Dino

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), prestigiou, nesta quinta-feira (25), a entrega da Medalha do Mérito Celso Magalhães ao governador Flávio Dino. A honraria foi um reconhecimento do Ministério Público do Maranhão (MPMA) aos relevantes serviços prestados pelo governador ao Estado, em especial ao seu pronto acatamento dos preceitos constitucionais garantidores da autonomia do órgão e combate à corrupção.

A Medalha Celso Magalhães é a maior comenda concedida pelo MPMA a membros, magistrados, advogados e personalidades que prestam atos e serviços relevantes à instituição. A outorga da medalha aconteceu na Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público e foi prestigiada por várias autoridades.

"O governador Flávio Dino tem tido essa postura republicana, respeitando a autonomia e as prerrogativas do Ministério Público e sendo parceiro, para que possamos, juntos, diminuir as mazelas no nosso Estado, que tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano. O Ministério Público não poderia deixar de, junto com o Governo do Estado e os programas sociais, estar irmanado para mudar essa realidade", justificou o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

O presidente Othelino Neto destacou que é muito bom presenciar um momento no qual o governador Flávio Dino é homenageado pelo Ministério Público por suas ações de combate à corrupção.

"Em um momento onde a política está criminalizada, onde existe uma tendência natural de se tentar ridicularizar a política, é bom ver que no Maranhão o governador é homenageado pela instituição que tem por objetivo defender os interesses da sociedade. Isso é razão de muito orgulho para nós que militamos na política", assinalou.

O governador Flávio Dino agradeceu a honraria e ressaltou que os resultados são fruto de uma ação conjunta, onde as instituições do Estado respeitam as suas autonomias e missões institucionais. Ele também frisou o trabalho feito em parceria na concepção de boas ideias, nesse caso em especial o Programa Estadual de Combate à Corrupção e à Sonegação Fiscal.

"Para a minha alegria o Ministério Público outorgou essa homenagem, mostrando que nós estamos atingindo, entre tantas metas positivas, a de garantir que todos possamos trabalhar, juntos, em favor de uma sociedade mais justa, em que o dinheiro público seja bem aplicado, com probidade e mais eficiência", completou.

Othelino prestigia entrega da Medalha Celso Magalhães ao governador Flávio Dino

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), prestigiou, nesta quinta-feira (25), a entrega da Medalha do Mérito Celso Magalhães ao governador Flávio Dino. A honraria foi um reconhecimento do Ministério Público do Maranhão (MPMA) aos relevantes serviços prestados pelo governador ao Estado, em especial ao seu pronto acatamento dos preceitos constitucionais garantidores da autonomia do órgão e combate à corrupção.

A Medalha Celso Magalhães é a maior comenda concedida pelo MPMA a membros, magistrados, advogados e personalidades que prestam atos e serviços relevantes à instituição. A outorga da medalha aconteceu na Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público e foi prestigiada por várias autoridades.

“O governador Flávio Dino tem tido essa postura republicana, respeitando a autonomia e as prerrogativas do Ministério Público e sendo parceiro, para que possamos, juntos, diminuir as mazelas no nosso Estado, que tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano. O Ministério Público não poderia deixar de, junto com o Governo do Estado e os programas sociais, estar irmanado para mudar essa realidade”, justificou o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

O presidente Othelino Neto destacou que é muito bom presenciar um momento no qual o governador Flávio Dino é homenageado pelo Ministério Público por suas ações de combate à corrupção.

“Em um momento onde a política está criminalizada, onde existe uma tendência natural de se tentar ridicularizar a política, é bom ver que no Maranhão o governador é homenageado pela instituição que tem por objetivo defender os interesses da sociedade. Isso é razão de muito orgulho para nós que militamos na política”, assinalou.

O governador Flávio Dino agradeceu a honraria e ressaltou que os resultados são fruto de uma ação conjunta, onde as instituições do Estado respeitam as suas autonomias e missões institucionais. Ele também frisou o trabalho feito em parceria na concepção de boas ideias, nesse caso em especial o Programa Estadual de Combate à Corrupção e à Sonegação Fiscal.

“Para a minha alegria o Ministério Público outorgou essa homenagem, mostrando que nós estamos atingindo, entre tantas metas positivas, a de garantir que todos possamos trabalhar, juntos, em favor de uma sociedade mais justa, em que o dinheiro público seja bem aplicado, com probidade e mais eficiência”, completou.

Presidente da Assembleia participa da cerimônia de abertura dos trabalhos do TJMA

Judiciário / Poder Legislativo 25-01-2018 às 09:54

O presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto (PC do B), participou, na manhã de ontem, quarta-feira (24), no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), da solenidade de abertura do Ano Judiciário de 2018. A sessão especial foi conduzida pelo seu presidente, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

“Nosso desejo é que, em 2018, seja como nos anos anteriores. Que mantenhamos essa relação próxima e saudável. Cada um respeitando as prerrogativas dos outros poderes”, disse o deputado Othelino.

JUDICIÁRIO MAIS PRÓXIMO DO CIDADÃO

Em seu pronunciamento, o desembargador José Joaquim Figueiredo disse que quer uma Justiça mais próxima do cidadão, que se trabalhe no sentido de diminuir a judicialização e que se amplie, mais ainda, o instrumento da conciliação. “O poder Judiciário evoluiu em todos os sentidos, mas ainda precisa julgar, de forma mais célere, e, efetivamente, ser mais transparente em seus atos”, ressaltou.

“Renovamos a confiança de que, em 2018, os serviços prestados aos cidadãos se viabilizem de forma satisfatória. A tarefa é árdua e desafiadora, mas a depender da nossa vontade e compromisso, teremos um Ano Judiciário produtivo e de grande crescimento para a Justiça Maranhense. Para isso, é claro, todas as instituições e órgãos do Sistema de Justiça terão que caminhar juntos, enfrentando os temas sociais a merecerem especial atenção, interagindo com metas e projetos, certos da essencialidade que nos marca em relação à função jurisdicional”, afirmou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Compuseram também a mesa de abertura da cerimônia, o Procurador Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; o Defensor Público Geral do Estado do Maranhão, Werther de Moares Lima Júnior; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Angelo Santos e o Procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha.

Presidente do TJMA defende pacto institucional que contemple as aspirações da sociedade

“Trabalharemos sempre buscando um patamar de racionalidade, vislumbrando pleno sucesso na honrosa missão de aperfeiçoar a Justiça, para renovar a cidadania e dar voz ao cidadão, tornando vitoriosa a missão constitucional atribuída ao Poder Judiciário”, ressaltou.

Para o presidente do TJMA, a representatividade dos poderes constituídos e das instituições do sistema de Justiça na abertura da sessão especial foi a constatação de que o Poder Judiciário não constitui um órgão isolado do conjunto das instituições republicanas.

“Esse fato evidencia a ideia de que o esforço pelo fortalecimento da Justiça deve girar em torno de um grande pacto institucional que contemple as aspirações da sociedade maranhense quanto à qualidade da prestação jurisdicional”, assinalou.

De acordo com o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, vive-se hoje, na sociedade, tempos de muitos desafios, num quadro de muitas adversidades, a exigir que as instituições e os poderes constituídos se unam ao Poder Judiciário num esforço conjunto e redobrado para que se ofereça à população respostas jurisdicionais efetivas que atendam plenamente seus anseios”, pontuou.

Ele sustenta que para isso é necessário que todas as instituições e os órgãos do sistema de Justiça caminhem juntos, unidos, irmanados, enfrentando os temas sociais a merecerem especial atenção, interagindo com metas e projetos, certos da essencialidade que marca o Judiciário em relação à função jurisdicional.

O presidente do TJMA disse que a tarefa é árdua e desafiadora, mas a depender da vontade do Poder Judiciário, será possível desenvolver um trabalho produtivo num ambiente de integração, compreensão, coesão e de franco diálogo institucional. Dessa forma, diz ele, serão encontradas as soluções necessárias diante dos imensos desafios.

“Isso exige ação, operosidade, determinação, dedicação e disposição para o trabalho, em prol de uma Justiça que caminhe lado a lado com a população, sendo o seu farol e a sua cidadela”, frisou.

O estranho silêncio do Sindjus-MA

Por Luís Pablo 25-01-2018 às 10:24 JudiciárioComente

Desembargador José Joaquim em reunião com a Diretoria do Sindjus-MA

O titular do Blog do Luís Pablo recebeu várias ligações de servidores do judiciário maranhense reclamando do silêncio da Diretoria do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão - Sindjus-MA sobre a denúncia de suposto tráfico de influência no Tribunal de Justiça. Reveja aqui.

Todos acharam muito estranho o comportamento do presidente do Sinjus/MA, Anibal Lins. Conhecido por ser defensor ferrenho dos direitos dos servidores do judiciário, por combater injustiças e privilégios, Anibal não emitiu nenhuma nota e nem sequer se posicionou por meio das redes sociais sobre o caso.

Na semana passada, a Diretoria do Sindjus-MA se reuniu com o presidente do Tribunal, José Joaquim Figueiredo dos Anjos. Foi apresentado a aprovação de alterações no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV); a extensão do benefício do auxílio saúde e auxílio alimentação para servidores aposentados e pensionistas; a extensão da Gratificação por Atividade Judiciária (GAJ); e o enquadramento dos auxiliares judiciários na carreira de técnico judiciário.

O desembargador José Joaquim reafirmou ouviu as reivindicações dos dirigentes sindicais e reafirmou o compromisso do Tribunal com as questões que envolvem os servidores do Judiciário.

Anibal Lins e os dirigentes sindicais saíram satisfeitos da reunião. "A reunião abriu um canal de comunicação importante entre os servidores e o presidente do TJMA, que nos recebeu com cordialidade e mostrou-se disposto ao diálogo com a categoria", disse o diretor de Convênios do Sindjus-MA e auxiliar judiciário da Comarca de Açailândia, Jair Flavio Ferreira dos Santos.

SEM RESPOSTA

A grave denúncia publicada neste Blog ontem, dia 24, deixou sem resposta à Presidência do Tribunal de Justiça, que preferiu permanecer em silêncio diante dos documentos que foram divulgadas.

Presidente da Assembleia participa da cerimônia de abertura dos trabalhos do TJMA

24/01/2018 17:25:33

O presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto (PC do B), participou, na manhã desta quarta-feira (24), no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), da solenidade de abertura do Ano Judiciário de 2018. A sessão especial foi conduzida pelo seu presidente, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

"Nosso desejo é que, em 2018, seja como nos anos anteriores. Que mantenhamos essa relação próxima e saudável. Cada um respeitando as prerrogativas dos outros poderes", disse o deputado Othelino.

JUDICIÁRIO MAIS PRÓXIMO DO CIDADÃO

Em seu pronunciamento, o desembargador José Joaquim Figueiredo disse que quer uma Justiça mais próxima do cidadão, que se trabalhe no sentido de diminuir a judicialização e que se amplie, mais ainda, o instrumento da conciliação. "O poder Judiciário evoluiu em todos os sentidos, mas ainda precisa julgar, de forma mais célere, e, efetivamente, ser mais transparente em seus atos", ressaltou.

"Renovamos a confiança de que, em 2018, os serviços prestados aos cidadãos se viabilizem de forma satisfatória. A tarefa é árdua e desafiadora, mas a depender da nossa vontade e compromisso, teremos um Ano Judiciário produtivo e de grande crescimento para a Justiça Maranhense. Para isso, é claro, todas as instituições e órgãos do Sistema de Justiça terão que caminhar juntos, enfrentando os temas sociais a merecerem especial atenção, interagindo com metas e projetos, certos da essencialidade que nos marca em relação à função jurisdicional", afirmou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Compuseram também a mesa de abertura da cerimônia, o Procurador Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; o Defensor Público Geral do Estado do Maranhão, Werther de Moares Lima Júnior; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Angelo Santos e o Procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha.

Othelino Neto prestigia entrega da Medalha Celso Magalhães ao governador Flávio Dino

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), prestigiou, nesta quinta-feira (25), a entrega da Medalha do Mérito Celso Magalhães ao governador Flávio Dino. A honraria foi um reconhecimento do Ministério Público do Maranhão (MPMA) aos relevantes serviços prestados pelo governador ao Estado, em especial ao seu pronto acatamento dos preceitos constitucionais garantidores da autonomia do órgão e combate à corrupção.

A Medalha Celso Magalhães é a maior comenda concedida pelo MPMA a membros, magistrados, advogados e personalidades que prestam atos e serviços relevantes à instituição. A outorga da medalha aconteceu na Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público e foi prestigiada por várias autoridades.

“O governador Flávio Dino tem tido essa postura republicana, respeitando a autonomia e as prerrogativas do Ministério Público e sendo parceiro, para que possamos, juntos, diminuir as mazelas no nosso Estado, que tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano. O Ministério Público não poderia deixar de, junto com o Governo do Estado e os programas sociais, estar irmanado para mudar essa realidade”, justificou o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

O presidente Othelino Neto destacou que é muito bom presenciar um momento no qual o governador Flávio Dino é homenageado pelo Ministério Público por suas ações de combate à corrupção.

“Em um momento onde a política está criminalizada, onde existe uma tendência natural de se tentar ridicularizar a política, é bom ver que no Maranhão o governador é homenageado pela instituição que tem por objetivo defender os interesses da sociedade. Isso é razão de muito orgulho para nós que militamos na política”, assinalou.

O governador Flávio Dino agradeceu a honraria e ressaltou que os resultados são fruto de uma ação conjunta, onde as instituições do Estado respeitam as suas autonomias e missões institucionais. Ele também frisou o trabalho feito em parceria na concepção de boas ideias, nesse caso em especial o Programa Estadual de Combate à Corrupção e à Soneração Fiscal.

“Para a minha alegria o Ministério Público outorgou essa homenagem, mostrando que nós estamos atingindo, entre tantas metas positivas, a de garantir que todos possamos trabalhar, juntos, em favor de uma sociedade mais justa, em que o dinheiro público seja bem aplicado, com probidade e mais eficiência”, completou.

Presidente da Assembleia participa da cerimônia de abertura dos trabalhos do TJMA

25/01/2018 09:29:54

O presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto (PC do B), participou, na manhã desta quarta-feira (24), no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), da solenidade de abertura do Ano Judiciário de 2018. A sessão especial foi conduzida pelo seu presidente, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

"Nosso desejo é que, em 2018, seja como nos anos anteriores. Que mantenhamos essa relação próxima e saudável. Cada um respeitando as prerrogativas dos outros poderes", disse o deputado Othelino.

JUDICIÁRIO MAIS PRÓXIMO DO CIDADÃO

Em seu pronunciamento, o desembargador José Joaquim Figueiredo disse que quer uma Justiça mais próxima do cidadão, que se trabalhe no sentido de diminuir a judicialização e que se amplie, mais ainda, o instrumento da conciliação. "O poder Judiciário evoluiu em todos os sentidos, mas ainda precisa julgar, de forma mais célere, e, efetivamente, ser mais transparente em seus atos", ressaltou.

"Renovamos a confiança de que, em 2018, os serviços prestados aos cidadãos se viabilizem de forma satisfatória. A tarefa é árdua e desafiadora, mas a depender da nossa vontade e compromisso, teremos um Ano Judiciário produtivo e de grande crescimento para a Justiça Maranhense. Para isso, é claro, todas as instituições e órgãos do Sistema de Justiça terão que caminhar juntos, enfrentando os temas sociais a merecerem especial atenção, interagindo com metas e projetos, certos da essencialidade que nos marca em relação à função jurisdicional", afirmou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Compuseram também a mesa de abertura da cerimônia, o Procurador Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; o Defensor Público Geral do Estado do Maranhão, Werther de Moares Lima Júnior; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Angelo Santos e o Procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha.

Governador recebe Medalha do Mérito Celso Magalhães

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), prestigiou, nesta quinta-feira (25), a entrega da Medalha do Mérito Celso Magalhães ao governador Flávio Dino. A honraria foi um reconhecimento do Ministério Público do Maranhão (MPMA) aos relevantes serviços prestados pelo governador ao Estado, em especial ao seu pronto acatamento dos preceitos constitucionais garantidores da autonomia do órgão e combate à corrupção.

A Medalha Celso Magalhães é a maior comenda concedida pelo MPMA a membros, magistrados, advogados e personalidades que prestam atos e serviços relevantes à instituição. A outorga da medalha aconteceu na Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público e foi prestigiada por várias autoridades.

"O governador Flávio Dino tem tido essa postura republicana, respeitando a autonomia e as prerrogativas do Ministério Público e sendo parceiro, para que possamos, juntos, diminuir as mazelas no nosso Estado, que tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano. O Ministério Público não poderia deixar de, junto com o Governo do Estado e os programas sociais, estar irmanado para mudar essa realidade", justificou o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

O presidente Othelino Neto destacou que é muito bom presenciar um momento no qual o governador Flávio Dino é homenageado pelo Ministério Público por suas ações de combate à corrupção.

"Em um momento onde a política está criminalizada, onde existe uma tendência natural de se tentar ridicularizar a política, é bom ver que no Maranhão o governador é homenageado pela instituição que tem por objetivo defender os interesses da sociedade. Isso é razão de muito orgulho para nós que militamos na política", assinalou.

O governador Flávio Dino agradeceu a honraria e ressaltou que os resultados são fruto de uma ação conjunta, onde as instituições do Estado respeitam as suas autonomias e missões institucionais. Ele também frisou o trabalho feito em parceria na concepção de boas ideias, nesse caso em especial o Programa Estadual de Combate à Corrupção e à Sonegação Fiscal.

"Para a minha alegria o Ministério Público outorgou essa homenagem, mostrando que nós estamos atingindo, entre tantas metas positivas, a de garantir que todos possamos trabalhar, juntos, em favor de uma sociedade mais justa, em que o dinheiro público seja bem aplicado, com probidade e mais eficiência", completou.

TJMA mantém lei aprovada pelos vereadores de Bacabal que visa melhorias no setor de Iluminação Pública

O Desembargador do Tribunal de Justiça Ricardo Duailibe validou os argumentos da Prefeitura de Bacabal, pois, segundo o Procurador do Município, Dr. Italo Gomes, "o desembargador reconheceu a perda do objeto de uma ação impetrada visando anular a votação de uma Lei já aprovada pelos vereadores e sancionada pelo prefeito. Até porque a tramitação do projeto seguiu Regime de Urgência".

Esse entendimento do Tribunal de Justiça do Maranhão, segundo Dr. Italo, evita grandes prejuízos ao município. "O Prefeito Zé Vieira, ao tomar posse, constatou um parque de iluminação pública totalmente prejudicado, vítima de uma defasagem de oito anos de aumentos feitos pela Aneel e não reajustados pelas administrações anteriores nas taxas cobradas, reajuste esse que se tivesse sido ilegalmente derrubado pela ação temerária de apenas dois vereadores que ficaram contra o projeto, era impossível a manutenção e as melhorias que já vêm sendo feitas pela atual gestão", disse.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE ABERTURA DOS TRABALHOS DO TJMA

25/01/2018 at 07:56

O presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto (PC do B), participou, na manhã desta quarta-feira (24), no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), da solenidade de abertura do Ano Judiciário de 2018. A sessão especial foi conduzida pelo seu presidente, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

“Nosso desejo é que, em 2018, seja como nos anos anteriores. Que mantenhamos essa relação próxima e saudável. Cada um respeitando as prerrogativas dos outros poderes”, disse o deputado Othelino.

JUDICIÁRIO MAIS PRÓXIMO DO CIDADÃO

Em seu pronunciamento, o desembargador José Joaquim Figueiredo disse que quer uma Justiça mais próxima do cidadão, que se trabalhe no sentido de diminuir a judicialização e que se amplie, mais ainda, o instrumento da conciliação. “O poder Judiciário evoluiu em todos os sentidos, mas ainda precisa julgar, de forma mais célere, e, efetivamente, ser mais transparente em seus atos”, ressaltou.

“Renovamos a confiança de que, em 2018, os serviços prestados aos cidadãos se viabilizem de forma satisfatória. A tarefa é árdua e desafiadora, mas a depender da nossa vontade e compromisso, teremos um Ano Judiciário produtivo e de grande crescimento para a Justiça Maranhense. Para isso, é claro, todas as instituições e órgãos do Sistema de Justiça terão que caminhar juntos, enfrentando os temas sociais a merecerem especial atenção, interagindo com metas e projetos, certos da essencialidade que nos marca em relação à função jurisdicional”, afirmou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Compuseram também a mesa de abertura da cerimônia, o Procurador Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; o Defensor Público Geral do Estado do Maranhão, Werther de Moares Lima Júnior; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Angelo Santos e o Procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha.

Presidente da Assembleia participa da cerimônia de abertura dos trabalhos do TJMA

Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão Publicado por Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão há 19 horas 0 visualizações

O presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto (PC do B), participou, na manhã desta quarta-feira (24), no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), da solenidade de abertura do Ano Judiciário de 2018. A sessão especial foi conduzida pelo seu presidente, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

“Nosso desejo é que, em 2018, seja como nos anos anteriores. Que mantenhamos essa relação próxima e saudável. Cada um respeitando as prerrogativas dos outros poderes”, disse o deputado Othelino.

JUDICIÁRIO MAIS PRÓXIMO DO CIDADÃO

Em seu pronunciamento, o desembargador José Joaquim Figueiredo disse que quer uma Justiça mais próxima do cidadão, que se trabalhe no sentido de diminuir a judicialização e que se amplie, mais ainda, o instrumento da conciliação. “O poder Judiciário evoluiu em todos os sentidos, mas ainda precisa julgar, de forma mais célere, e, efetivamente, ser mais transparente em seus atos”, ressaltou.

“Renovamos a confiança de que, em 2018, os serviços prestados aos cidadãos se viabilizem de forma satisfatória. A tarefa é árdua e desafiadora, mas a depender da nossa vontade e compromisso, teremos um Ano Judiciário produtivo e de grande crescimento para a Justiça Maranhense. Para isso, é claro, todas as instituições e órgãos do Sistema de Justiça terão que caminhar juntos, enfrentando os temas sociais a merecerem especial atenção, interagindo com metas e projetos, certos da essencialidade que nos marca em relação à função jurisdicional”, afirmou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Compuseram também a mesa de abertura da cerimônia, o Procurador Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; o Defensor Público Geral do Estado do Maranhão, Werther de Moares Lima Júnior; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Angelo Santos e o Procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha.

Flávio Dino é distinguido com Medalha Celso Magalhães pelo Ministério Público

Em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça do Maranhão, realizada nesta quinta-feira (25), o governador Flávio Dino (PCdoB) foi homenageado com a Medalha do Mérito Celso Magalhães, maior comenda do Ministério Público do Maranhão. A honraria é conferida pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público do Maranhão a autoridades que, de alguma forma, contribuem para que a instituição exerça o seu papel plenamente.

Proposta pelo procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Coelho, a homenagem ao governador foi regulamentada e aprovada pela unanimidade do colegiado. Gonzaga, ao justificar a homenagem, disse que foi um reconhecimento à “sua atuação frente ao Governo do Estado do Maranhão e, em especial, ao seu pronto acatamento aos preceitos constitucionais garantidores da autonomia do Ministério Público”.

O procurador lembrou que Celso Magalhães, patrono do Ministério Público maranhense, cultivava a democracia como fundamento para a construção de uma sociedade para todos, fazendo referência ao famoso caso do processo criminal em que o membro do parquet levou a julgamento a senhora Ana Rosa Viana Ribeiro, conhecida como ‘Baronesa de Grajaú’, pela autoria do crime de homicídio contra um menino escravo de oito anos de idade. Ocorrido na segunda metade do século XIX, o caso ficou conhecido como o “Crime da Baronesa”.

O procurador-geral acrescentou, ainda, que desde o início do seu mandato o governador tem contribuído para o fortalecimento e estruturação do Ministério Público estadual, com o repasse de verbas suplementares que já viabilizaram a conclusão da nova sede da Procuradoria Geral de Justiça e as reformas das sedes das Promotorias de Justiça da Capital e da antiga PGJ no centro de São Luís.

Agradecimento - Flávio Dino agradeceu a homenagem, classificando-a como “um momento grandioso” em sua biografia, por ser, segundo ele, incomum para qualquer político da atualidade receber tal distinção, “sobretudo do Ministério Público”.

Dino acentuou a importância da instituição ministerial, por ser a “guardiã da ordem democrática e dos valores fundamentais da estruturação da sociedade”.

Para o governador, a medalha tem um significado ainda mais expressivo por ser batizada com o nome de Celso Magalhães. “É uma honra receber uma comenda com tal denominação. Um homem que viveu muito pouco, mas que, a seu tempo e da sua forma, foi um protetor dos mais humildes. Ficou famoso por uma atitude, demarcadora de caráter e coragem, por ter, em nome de um pequeno escravo, arrostado os poderosos de então”.

Participaram da mesa solene dos trabalhos, além do procurador-geral e do governador, o corregedor-geral do MPMA, Eduardo Hiluy Nicolau; a secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, Flávia de Viveiros Vieira; o presidente do Tribunal de Justiça, José Joaquim Figueiredo dos Anjos; o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto; o presidente do TCE-MA, José de Ribamar Caldas Furtado; o procurador-chefe da República no Maranhão, José Raimundo Leite Filho; o defensor público-geral do estado, Werther Lima Júnior; e o

vice-prefeito de São Luís, Júlio Pinheiro.

Oficiais de justiça: Sindjus-MA pede ajustes no custeio de diligências e segurança ao TJMA

24/01/2018 | 18:21

A direção do Sindjus-MA apresentou requerimentos à Administração do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) relativos à segurança dos oficiais de justiça no cumprimento de suas funções em áreas consideradas de potencial risco à integridade física destes servidores. O mais recente, com data de 11 de janeiro, é relativo à segurança dos oficiais de justiça que levam citações e intimações ao interior de unidades do Sistema Penitenciário do Estado. Outro, com data de 12 de dezembro, pede a disponibilização de coletes de proteção balística para oficiais de justiça que realizarem diligências em áreas consideradas de alta periculosidade. O Sindicato também reiterou pedido ao TJMA para que este informe à Polícia Federal (PF) a relação de oficiais de justiça em atividade no Estado. Este pedido tem em vista a obtenção do porte de arma para oficiais de justiça junto à PF.

O Sindjus-MA também protocolou, no dia 5 de dezembro, requerimento para que sejam feitos ajustes (por meio de nova resolução) na Resolução 31/2017 do TJMA que trata do custeio de diligências para oficiais de justiça, isto é, do ressarcimento de despesas resultantes do cumprimento de ordens judiciais. Um dos ajustes é a criação de mais duas faixas na Tabela de Valores do Custeio de Diligências, pedido que é reforçado em parecer da própria Assessoria Jurídica da Presidência do TJMA (Parecer AJP nº 19792017) elaborado no processo nº 380372017 - DIGDOC, que opina pela criação de mais Faixas da Tabela de Valores do Anexo I da Resolução 31/2017. “No nosso ponto de vista, o ideal seriam mais duas faixas e, para o que exceder essas duas faixas, seria criado uma unidade de valor; para que o custeio seja pago de acordo com essa unidade de valor”, sugere o secretário-geral do Sindicato, Márcio Luís Andrade Souza.

Outro ajuste representa um pleito antigo dos oficiais de justiça e trata da aplicação de pontuação diferenciada para a contagem de determinadas diligências em função do risco, complexidade e tempo despendido, além da necessidade de procedimentos especiais. Entrariam nessa contagem especial, diligências, como prisão civil, reintegração de posse, despejo, busca e apreensão, internação, afastamento do lar, penhora, arresto e sequestro.

“O intuito desses pedidos é proporcionar maior celeridade processual e também garantir que o servidor, no caso o oficial de justiça, não pague por uma despesa que é de inteira responsabilidade do Estado, isto é, o custeio de despesas decorrentes do cumprimento de ordens judiciais”, explicou o secretário-geral do Sindjus-MA, Márcio Luís Andrade Souza, que também informou que o reajuste da Tabela de Valores do Custeio de Diligências, conforme a atualização da Tabela de Custas e Emolumentos do TJMA para 2018, aguarda somente parecer da Diretoria Financeira do Tribunal.

Diligências no Sistema Penitenciário

Atualmente, no cumprimento de diligências no interior de unidades do Sistema Penitenciário do Maranhão, os oficiais de justiça são obrigados a entrar nos pavilhões e a seguir até as celas dos detentos. Isso sem nenhuma proteção ou qualquer treinamento sobre como proceder em situações de contingência. “São centenas de mandados judiciais direcionados aos apenados e a maneira como os oficiais de justiça dão cumprimento a estas ordens judiciais expõe demasiadamente a vida destes servidores ao risco”, destacou Souza.

O requerimento do Sindjus-MA sugere encaminhamentos para resguardar a vida dos oficiais de justiça em diligências nos presídios do Estado e para garantir maior celeridade e eficiência no cumprimento das ordens judiciais.

O primeiro ponto é básico: a adequação dos procedimentos de segurança nos presídios para a retirada dos detentos das celas e a condução destes à presença dos oficiais de justiça, em local adequado. O Sindicato também solicita a replicação de medidas tecnológicas já adotadas em outros Estados, a exemplo do Paraná e do Mato Grosso do Sul, como intimação e citação por videoconferência e o encaminhamento eletrônico de alvarás para a direção das unidades prisionais.

“Nós protocolamos esses pedidos com base em conquistas que foram alcançadas em outros Estados que viveram problemas semelhantes dentro do Sistema Penitenciário. Eles perceberam que tinham como resolver o problema da segurança dos oficiais de justiça e aumentar a produtividade com a videoconferência, por exemplo”, afirmou o oficial de justiça Igor Sérgio Oliveira. Ele ressaltou que os encaminhamentos do Sindicato são possíveis de realizar e lembrou que, por conta de um ataque ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas em setembro de 2014, a obrigação de oficiais de justiça adentrarem aos pavilhões do presídio chegou a ser temporariamente suspensa.

Por fim, o Sindjus-MA pede que os oficiais de justiça do Maranhão não sejam mais submetidos a escaneamento corporal com raios-X, procedimento de potencial risco à saúde dos servidores e que já foi dispensado em vários Tribunais brasileiros, como no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Coletes de proteção balística

O Sindicato solicitou ao TJMA que sejam disponibilizados coletes de proteção balística para oficiais de justiça que forem cumprir diligências nas quais haja algum risco à sua integridade física. O pedido é direcionado à Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJMA que em dezembro passado disponibilizou coletes de proteção balística para juízes que trabalham nas varas de Execução Penal e Inspeção de Estabelecimentos Prisionais.

Porte de arma

O último requerimento reitera pedido do Sindjus-MA que data de fevereiro de 2017. O Sindicato quer que o TJMA informe à Polícia Federal no Maranhão (PF) a relação de oficiais de justiça em atividade no Estado. O pedido tem em vista apoiar os oficiais de justiça que desejarem obter o porte de arma junto à PF. O novo requerimento também tem em consideração a Mensagem Oficial Circular nº 5/2017 da Diretoria Executiva da PF aos seus superintendentes regionais a qual orienta que o porte de arma de fogo deve ser concedido a oficiais de justiça que atuem em regiões de alta periculosidade.

Uma comissão formada pelo secretário-geral do Sindjus-MA, Márcio Luís Andrade Souza, pelo secretário de Formação Política do Sindicato, Rivelino Alves Pereira; e pelos oficiais de Justiça, Igor Sérgio Oliveira e Emanuel Jansen, acompanha o andamento destas demandas.